**PERCEPÇÃO SOBRE ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ADQUIRIDA RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC**

*PERCEPTION ON ASPECTS OF THE PERSON WITH DISABILITIES ACCESSIBILITY PHYSICAL ACQUIRED RESIDENT IN MUNICIPALITY OF ITAJAÍ / SC*

**Resumo:***A acessibilidade arquitetônica é a possibilidade e a condição de alcance para que a pessoa com deficiência física utilize espaços de uso coletivo e meios físicos de uma forma mais autônoma. Este estudo objetivou analisar a percepção sobre aspectos da acessibilidade da pessoa com deficiência física adquirida residentes na cidade de Itajaí/SC. Participaram da pesquisa 164 pessoas com deficiência física adquirida que pertenciam à cinco Unidades Básicas de Saúde de Itajaí e as redes de apoio (Clínica de fisioterapia, Centro Especializado em Reabilitação II, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associação dos Deficientes Físicos da Foz do Rio Itajaí). Os dados foram coletados por meio de um formulário com questões sobre aspectos da acessibilidade. Foi realizada análise estatística descritiva para sistematização dos dados. Os resultados demonstraram que a percepção do deficiente físico com relação à acessibilidade é ampla; dos quais 60% apontaram a falta de estrutura arquitetônica satisfatória em seu domicílio e 56,09% observaram a mesma condição em ambientes de uso coletivo. Estes resultados demonstram que a pessoa com deficiência física adquirida reconhece as barreiras arquitetônicas que dificultam e muitas vezes impossibilitam sua locomoção e convivência social, impedindo sua autonomia de ir e vir para onde desejar.*

**Palavras-chave*:*** Estruturas de Acesso ; Barreiras arquitetônicas ; Pessoa com deficiência física.

***A*bstract:** *The architectural accessibility is the possibility and scope of condition for the physically disabled person to use spaces for collective use and physical means of a more autonomous way. This study aimed to analyze the perception of some aspects of accessibility for people with disabilities resident of the city of Itajaí / SC. Therefore the methodology adopted was the simple and quantitative descriptive. The participants were people with acquired disabilities belonging to the five Basic Health Units of Itajaí and support networks such as physiotherapy clinic, the Specialized Center for Rehabilitation II, the Association of Parents and Friends of Exceptional Children and the Association Handicap of Foz do Rio Itajaí. Data were collected through a questionnaire with questions about some aspects of accessibility. The sample of 164 people with acquired physical disability, the collected data were statistically analyzed. In the analysis of the results it can be noted that the perception of the disabled person in relation to accessibility is broad but lacking architectural structure that satisfies both his home and in public use, so we found that about 60% of disabled people reported not have accessibility in his home, and 56.09% reported not having accessibility collective use. Consider that the perception of handicapped there are still many architectural barriers that do not favor them, making it impossible to locomotor performance preventing the person from having a range of come and go where you want.*

**Keywords:** Access structures; Architectural barrier; Physical disability.

**1.INTRODUÇÃO**

A deficiência física é definida e compreendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função do corpo. Sabe-se, que as pessoas com deficiência física muitas vezes encontram dificuldades na sua trajetória de vida, deparando-se com barreiras de ordens ambientais e sociais (OMS, 2011) as quais foram apontadas pela primeira vez na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2011) que descreve os termos funcionalidade e incapacidades relacionadas às condições de saúde da pessoa. O termo funcionalidade se refere aos componentes de funções e estruturas do corpo, atividade e participação social. O aspecto positivo da CIF é a funcionalidade e aspecto negativo são as incapacidades (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

Diante desses fatos, e de acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência a acessibilidade pode ser definida como um atributo essencial para o ambiente, o que garante as pessoas com deficiência física uma melhoria da qualidade de vida. Essa acessibilidade precisa estar presente no meio físico, nos espaços, no transporte, na informação e comunicação, comparecendo tanto na cidade como no campo, nos serviços e instalações abertos ao público ou de uso público e nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação.

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), “promover acessibilidade significa remover barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais que impeçam a aproximação, transferência ou circulação”. No entanto, ainda que existam normas, legislações e investimentos para a remoção das barreiras, o que se observa é uma aplicação de forma bem restrita, e o que se percebe é uma falta de acessibilidade no ambiente em geral (MACHADO; LIMA, 2015).

Neste sentido, esta pesquisa objetivou analisar a percepção sobre aspectos da acessibilidade da pessoa com deficiência física adquirida residente na cidade de Itajaí/SC, buscando fornecer subsídios que contribuam com as ações governamentais para melhorias no acesso destas pessoas à um convívio social igualitário.

2.DESENVOLVIMENTO

Nesta pesquisa foi realizada uma pesquisa transversal de abordagem quantitativa, envolvendo pessoas com deficiência física adquirida de ambos os sexos, residentes no município de Itajaí/SC.

Os dados foram coletados em pontos de atenção à saúde, sendo: cinco Unidades Básicas de Saúde (que foram selecionadas por facilidade de acesso dos pesquisadores), a Clínica de Fisioterapia, o Centro Especializado em Reabilitação (CER II) do município de Itajaí, bem como, nas redes de apoio à pessoa com deficiência física (a Associação dos Deficientes Físicos da Foz do Rio Itajaí e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE).

A partir das equipes da Estratégia Saúde da Família das unidades registradas, as pessoas com deficiência física adquirida foram identificadas e entrevistadas em suas residências com data e horário previamente agendados. As que frequentavam o CER II e a clínica de fisioterapia foram entrevistadas no próprio local em dias e horários previamente agendados. As pessoas que frequentavam as redes de apoio, que serviram de ponto de coleta para o estudo, foram entrevistadas nas sedes das associações. Os inquéritos foram realizados por acadêmicos previamente treinados dos cursos de Nutrição e Fisioterapia de uma Universidade do Vale do Itajaí no período de fevereiro de 2015 à fevereiro de 2016.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: ter deficiência física adquirida (paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, membros com deformidade adquirida e esclerose amiotrófica). Foram excluídos os indivíduos ostomizados e mastectomizados, assim como aqueles que possuíam deficiência congênita e nanismo.

Para caracterizar os participantes da pesquisa foram coletadas as seguintes variáveis: idade; sexo; etnia; tipo de deficiência e ocupação.

A percepção da acessibilidade nos espaços de uso coletivo e domiciliar foi identificada com perguntas sobre os seguintes intens: barras de apoio; rampas de acesso; banheiros; calçadas; portas; piso; piso escorregadio; escadas com ou sem corrimão, iluminação em corredores, cama alta/baixa ou especial, carro adaptado, elevadores/plataformas, transporte público adaptado ou não, totens indicadores, ruas/ calçadas esburracadas e vaga de estacionamento reservadas.

A análise da acessibilidade foi realizada em duas fases: na primeira computou-se o percentual de itens marcados de acessibilidade, com base no número de marcações que cada respondente efetuou nos itens respectivos. Do total de itens marcados para cada respondente foram computados as quantidades relativas a equipamentos de acessibilidade e calculadas os respectivos percentuais. Na segunda fase foram examinados aqueles equipamentos de maior frequência de marcação.

As comparações dos valores médios da idade, tempo de deficiência e percentuais de equipamentos de acessibilidade nos domicílios e coletivos de acordo com o sexo e as características socioeconômicas e tipo de deficiência fisica, foram realizadas conforme o número de níveis apresentado pelo fator categórico: para sexo e raça foi utilizado o teste-t; para o tipo de ocupação, o tipo de deficiência e a renda atual foi utilizada a análise de variância para um fator seguido do Teste de Tukey, quando necessário. Posteriormente foram examinadas as relações entre a idade, o tempo de deficiência e os percentuais de equipamentos nos domicílios e coletivos por meio do índice de correlação linear de Pearson. Optou-se pelos testes paramétricos tendo em vista a distribuição normal dos dados. O nível de significância adotado foi de 5%. O aplicativo Statistica v.10 (STATSOFT, 2011) foi utilizado em todas as análises e nas representações gráficas dos resultados.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí com protocolo nº 694.257, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC - Programa Universal), pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educaçao Superior (FUMDES- artigo 171) e Artigo 170.

Foram analisados dados de 164 indivíduos com deficiência física adquirida residentes no município de Itajaí/SC. As características sociodemográficas e de saúde estão descritas na Tabela 1, a maior faixa etária foi encontrada foi acima de 40 anos (76,3%), a variável sexo obteve percentuais semelhantes (49,4% eram mulheres e 50,6% homens) e a maioria referiu ser branco (76,2%).

TABELA 1: Características sociodemográficas e de saúde das pessoas com deficiência física adquirida do município de Itajaí (SC). Fevereiro de 2015 a 2016.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Variável** | **N** | **%** |
| **Sexo** |  |  |
| Feminino | 81 | 49,4 |
| Masculino | 83 | 50,6 |
| **Faixa Etária (anos)** |  |  |
| 10-19 | 07 | 4,2 |
| 20-39 | 32 | 19,5 |
| 40-59 | 58 | 35,3 |
| 60 e mais | 67 | 41 |
| **Etnia** |  |  |
| Branco | 125 | 76,2 |
| Outro | 20 | 12,2 |
| Não responderam | 19 | 11,6 |
| **Tipos de deficiência física** |  |  |
| Paraplegias | 95 | 57,9 |
| Paraparesias | 43 | 26,2 |
| Amputações | 26 | 15,8 |
| **Ocupação**  Desempregado  Do lar  Aposentado  Benefício por invalidez  Assalariado | 14  28  55  38  14 | 9,4  18,8  36,9  25,5  9,4 |
| **Renda** |  |  |
| Até 2 SM  >2 a 4 SM  >4 SM | 99  50  15 | 60,4  30,5  9,1 |
| **Tipo de deficiência** |  |  |
| Plegias  Paresias  Amputação | 95  43  26 | 57,9  26,2  15,9 |

Quando analisados os itens acessíveis no domicílio pelas pessoas com deficiência física, constatou-se que o item “rampas de acesso” foi o mais marcado (26,83%) seguido de tapetes antiderrapantes (18,9%) e “barras de apoio para vaso sanitário e no chuveiro” com 17% de marcações, no entanto, “almofadas” e “camas especiais” foram apontadas com 3,05% do total de respondentes como os itens menos acessíveis no domicílio (Tabela 2).

Tabela 2: Porcentagem de itens de acessibilidade das pessoas com deficiência física adquirida residentes em Itajaí/SC, marcados em uso domiciliar.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM EM DOMICILIO** | **Nº** | **%** |
| **Adaptados**  Almofadas especiais  Banheira | 5  2 | 3,0  1,2 |
| Barra de apoio corredores | 14 | 8,5 |
| Barra de apoio para vaso sanitário | 28 | 17,0 |
| Barras de apoio no chuveiro | 28 | 17,0 |
| Cama especial | 5 | 3,0 |
| Campainhas para alarmes | 11 | 6,7 |
| Carro adaptado | 18 | 10,9 |
| Chuveiro adaptado | 10 | 6,1 |
| Corredores alargados | 20 | 12,2 |
| Elevadores/plataformas | 6 | 3,6 |
| Portas alargadas | 29 | 17,6 |
| Rampas de acesso | 44 | 26,8 |
| Tapetes antiderrapantes | 31 | 18,9 |
| Torneiras adaptadas | 11 | 6,7 |
| Vaso adaptado | 13 | 7,9 |
| Escadas com corrimão | 10 | 6,1 |
| Escadas de acesso interno | 20 | 12,2 |
| Piso tátil | 9 | 5,4 |
| Não responderam | 15 | 9,1 |

Quando analisados os itens acessíveis em uso coletivo pelas pessoas com deficiência física, constatou-se que “rampas de acesso” foi o mais marcado (35,4%) seguido de vaga de estacionamento reservada (32,9%), transporte público adaptado (26,2%) no entanto, “barras de apoio no chuveiro” e “torneiras adaptadas” foram apontadas com 6,1% do total de respondentes como os itens menos acessíveis (Tabela 3).

Tabela 3: Porcentagem de itens de acessibilidade das pessoas com deficiência física adquirida residentes em Itajaí/SC, marcados em uso coletivo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITENS NO COLETIVO** | **Nº** | **%** |
| **Adaptado** |  |  |
| Barra de apoio corredores | 42 | 25,6 |
| Barra de apoio no chuveiro | 10 | 6,1 |
| Barra de apoio no vaso | 29 | 17,7 |
| Calçadas adaptadas | 34 | 20,7 |
| Corredores alargados | 40 | 24,4 |
| Elevadores/plataformas | 12 | 7,3 |
| Portas alargadas | 31 | 18,9 |
| Rampas de acesso | 58 | 35,4 |
| Semáforos adaptados | 39 | 23,8 |
| Torneiras adaptadas | 10 | 6,1 |
| Transporte público adaptado | 43 | 26,2 |
| Vaga de estacionamento reservadas | 54 | 32,9 |
| Vaso adaptado | 24 | 14,6 |
| Piso escorregadio | 32 | 19,5 |
| Piso tátil | 24 | 14,6 |
| Escadas com corrimão | 20 | 12,2 |
| Não responderam | 10 | 6,1 |

A Tabela 4 demonstra as diferenças no percentual de equipamentos acessíveis em domicílio de acordo com as variáveis socioeconômicas e tipo de deficiência dos respondentes. Observa-se diferença significativa para as variáveis renda e raça. Ou seja, quem recebe até dois salários mínimos e se referiram brancas possuem menos equipamentos acessíveis no domicílio do que aqueles que ganham mais de quatro salários e se caracterizaram sendo de outra raça.

Tabela 4: Percentual de equipamentos acessíveis em domicilio de acordo com as variáveis socioeconômicas e tipo de deficiência das pessoas com deficiência física adquirida, no município de Itajaí, de fevereiro de 2015 à 2016.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **VARIÁVEL** | **PERCENTUAL DE EQUIPAMENTO NO DOMICÍLIO** | | |
| **MD (IC 95%)** | **N** | **VALOR DE P\*** |
| **Sexo** |  |  |  |
| Masculino  Feminino | 34,7 (27,2-42,2)  36,0 (28,7-43,5) | 76  73 | 0,8039 |
| **Faixa Etária** |  |  |  |
| 10-19 | 42,5 (4,9-80,0) | 5 | 0,7215 |
| 20-39 | 34,8 (21,6-47,9) | 28 |
| 40-59 | 31,8 (23,1-40,6) | 53 |
| 60 e mais | 38,0 (30,0-46,1) | 63 |
| **Raça** |  |  |  |
| Branca  Outra | 38,1 (32,1-44,1)  20,1 (6,1-34,1) | 114  16 | 0.0353 |
| **Ocupação** |  |  |  |
| Desempregado  Do lar  Aposentado  Benefício por invalidez  Assalariado | 33,6 (15,0- 52,3)  37,1 (24,2-50,0)  39,0 (30,0-48,1)  26,8 (18,2-35,3)  42,3 (20,2-64,3) | 14  28  55  38  14 | 0,3778 |
| **Renda** |  |  |  |
| Até 2 SM  >2 a 4 SM  >4 SM | 31,5ª, (25,0-38,0)  38,7ªb(29,0-48,3),  53,0b (36,4-69,6) | 95  42  14 | 0,0471 |
| **Tipo de deficiência** |  |  |  |
| Plegias  Paresias  Amputação | 35,5 (28,7-42,4)  41,6 (30,7-52,5)  25,2 (13,0-37,3) | 85  39  25 | 0,1315 |

\*Teste-t ao nível de 5% para as variáveis de sexo e raça. Para as demais, Anova monofatorial ao nível de 5%. Letras iguais sobrescritas após as médias denotam médias iguais no teste a posterior de Tukey.

Com relação à raça, foram observadas diferenças significativas (p= 0,0353) entre a raça auto referida branca, com o percentual indicado 38,1%, e outras raças, marcaram 20,1% de itens acessíveis, ou seja, os deficientes físicos que se auto referiram serem de raça branca marcaram mais itens acessíveis em seu domicilio do que os deficientes que se auto referiram serem de outras raças, como demonstrada na Tabela 4.

A variável renda também apresentou diferença significativa (p=0,0471): os que declararam ganhar até dois salários mínimos marcaram 31,5% de itens acessíveis, e os que ganhavam acima de quatro salários mínimos marcaram um percentual de 53,0% de itens de acessibilidade em domicilio. Os respondentes que declararam ganhar de dois até quatro salários mínimos marcaram percentual intermediário (38,7%) de itens.

Quando examinadas as relações entre gênero e tempo de deficiência encontrou-se uma fraca relação negativa (-33,4%), mas significativa (p=0,0101) entre a idade e o tempo de deficiência nas mulheres, conforme o Gráfico 1.

Gráfico1: Relação entre a idade e o tempo de deficiência das mulheres e homens com deficiência física adquirida em Itajaí/SC.



Não foram encontradas relações significativas entre a idade e percentual de equipamentos no domicílio ou a percepção no coletivo ou o tempo de deficiência e as demais variáveis.

A amostra avaliada no presente estudo apresentou percentuais semelhantes. De acordo com o último relatório do Censo Demográfico do IBGE (2010), no Brasil, a prevalência de deficiência física é maior em mulheres (com percentual de 8,6%) com relação aos homens (5,3%). Entretanto, em estudo realizado por Castro *et al*. (2008) com pessoas que adquiriram deficiência física no Estado de São Paulo, pode-se observar prevalência do sexo masculino sobre o sexo feminino. Algumas explicações para esses números se dão por fatores ligados às categorias profissionais dos homens, bem como maior exposição a fatores de risco como violência, álcool e trânsito (LEYTON *et al*., 2005; CASTRO *et al,* 2008; SCHOELLER *et al*, 2015).

Com relação à raça das pessoas com deficiência física avaliados, em uma forma decrescente, observou-se que 76,2% (n=125) autorreferiram serem brancos e 12,2% (n=20) marcaram como outras raças ( indígena ,preta e parda), sendo que 11,6% (n=19) optaram por não responder esse quesito. O Censo Demográfico (IBGE, 2010) apresentou os dados populacionais sobre as pessoas com deficiência no Brasil e em relação à cor e raça, o maior percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas se encontrava na população que era branca ou parda, enquanto que o menor percentual foi da população indígena.

A variável renda apresentou diferença significativa (p=0,0471): os que declararam ganhar até dois salários mínimos marcaram 31,5% de itens acessíveis, e os que ganhavam acima de quatro salários mínimos marcaram um percentual de 53,0% de itens de acessibilidade em domicílio. Os respondentes que declararam ganhar de dois até quatro salários mínimos marcaram percentual intermediário (38,7%) de itens.

Estes resultados são coerentes com o fato de que mais pessoas de outras raças recebem até quatro salários mínimos. Estes perfazem 95% da amostra enquanto que entre os que se auto referiram de raça branca somente 69% indicaram receber até quatro salários mínimos.

Para Elias; Monteiro; Chaves (2008) existe grande relação entre incapacidade de pessoas com deficiência física e pobreza, uma vez que 80% destes indivíduos vivem com baixa renda. No estudo de Gasparoto; Alpino (2012), notou-se que as famílias tinham baixo poder aquisitivo, dificultando assim a questão acessibilidade em domicílio.

Com relação aos tipos de deficiências físicas encontradas na pesquisa, paraplegia foi a mais citada com 57,9% (95 marcações), seguida por paraparesia 26,2% (43 marcações) e amputações com 15,8% (26 marcações). Neste sentido, pode-se citar Nogueira (2014), que ao analisar o perfil epidemiológico da pessoa com deficiência física residente em Florianópolis, encontrou também maior índice de deficientes físicos com paraplegia, e relatou que essas causas predominantes das deficiências físicas são em decorrência dos acidentes de trânsito e das doenças crônicas não transmissíveis.

Já Schoeller *et al*. (2015), em estudo que buscou caracterizar as pessoas com lesão medular atendidas em um centro de reabilitação de referência, obteve maior percentual de pacientes com tetraplegia com relação a paraplegia.

Com relação aos itens acessíveis em domicilio marcados pelas pessoas com deficiência física, o que prevaleceu foram as “rampas de acesso”, seguido de “tapetes antiderrapantes” e “barras de apoio em chuveiro e vaso sanitário”, como mostra a Tabela 2.

Pode-se observar que além do presente estudo, Gasparotto; Alpino (2012) encontraram barreiras arquitetônicas ao avaliarem a acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física, pois identificaram que havia desníveis em cômodos e pátio da casa, dificultando seu acesso. Além disso, o número de rampas existentes era insuficiente e destas, nenhuma apresentava inclinação adequada.

Garanhani *et al*., (2009) avaliando a acessibilidade domiciliar de pessoas após episódio de Acidente Vascular Encefálico, observaram que o acesso da maioria dos domicílios visitados possuía degraus e terrenos irregulares; tornando-se portanto obstáculos para estas pessoas. Para Pynoos (2003), as áreas da casa que apresentam maiores riscos são o acesso a casa, as escadas e o banheiro. E algumas medidas são eficazes para melhorar a acessibilidade e evitar quedas e acidentes; tais como: instalação de corrimãos, aumento da iluminação, instalação de faixas coloridas nos degraus de escadas para identificar mudanças de nível são soluções para prevenir quedas.

Em revisão bibliográfica para analisar a acessibilidade e as possíveis dificuldades quanto às barreiras arquitetônicas de pacientes cadeirantes por esclerose lateral amiotrófica concluiu-se que estudos sobre acessibilidade em ambiente domiciliar ainda são escassos na literatura científica (SOUZA; PERES, 2007).

Quando foram analisados os itens acessíveis em uso coletivo, novamente as “rampas de acesso” foram as mais marcadas, seguido de “vaga de estacionamento reservada” e “barra de apoio nos corredores”, como nos mostra a Tabela 3.

Pode-se observar no presente estudo como a acessibilidade dos espaços de uso coletivo é restrita para as pessoas com deficiência física do município de Itajaí/SC. Corroborando com tal achado de Kovaleski; Baldissera (2015), que ao avaliarem a acessibilidade física nas instituições públicas de outro município Catarinense, também notaram barreiras arquitetônicas tais como: falta de rampas de acessos nos espaços de uso coletivo, calçadas públicas que não são totalmente adaptadas ou não são adaptadas; estacionamentos que não são todos adaptados; não possui piso tátil; os banheiros não são adaptados.

Lamônica *et al.* (2008), que identificaram e descreveram barreiras arquitetônicas na Universidade de São Paulo (USP) no campus de Bauru, perceberam rampas de acesso com piso tátil no início e no final das rampas, porém tanto nas rampas quanto nas escadas não possuíam corrimões, os banheiros eram parcialmente adaptados, verificaram-se poucas vagas de estacionamento e poucos elevadores, no entanto, após obterem esta análise, realizaram intervenções na universidade e em seguida observaram melhorias.

No estudo de Freitas *et al.* (2010), foram analisados itens necessários para acesso de portadores de deficiências física e sensorial na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em São Paulo. Aonde verificou-se que dos seis espaços avaliados só um apresentou ausência de barreiras arquitetônicas, nos outros se pode notar falta de rampas de acesso nos espaços de uso coletivo, assim como a falta de estacionamento, elevadores, de portas amplas nas salas de aula, além de escadas sem corrimões, banheiros não adaptados e trechos de calçadas estreitas.

No estudo de Castro *et al*. (2011), que realizou um estudo sobre a acessibilidade aos serviços de saúde por pessoa com deficiência no estado de São Paulo, com uma amostra intencional de 25 indivíduos portadores de deficiência física, encontraram resultados semelhantes ao de nosso estudo e de outros autores citado acima, pois parte dos entrevistados relataram falta de estacionamento nesses ambientes, seguido de falta de rampas de acesso e também um critério que chama atenção é a falta de banheiros adaptados a esse público, sendo que a acessibilidade por si só é de total direito do deficiente físico.

Como nos mostra BRASIL (2000), foi dado o decreto 3.298/99 que regulamenta a lei 7.893/89, aonde diz que todo o deficiente físico, dispõe sobre obrigatoriedade a presença de vagas reservadas para seus veículos ou para quem transporte-os, por fim esse decreto dá o direito de ter vagas reservadas aos deficientes físicos. Ainda sobre decreto 3.298/99 aonde o mesmo obriga a instalação de rampas de acesso ou dispositivos eletromecânicos para o deslocamento do deficiente físico para se deslocar de um cômodo a outro nesses ambientes. A lei Nº10. 098 ainda garante o direito desses cidadãos com deficiência física de ter acesso a banheiros adaptados (BRASIL,2000).

Pagliuca (2007), mostra em sua pesquisa sobre a identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará, com relação a acessibilidade e a deficiência física, uma analise de quatro hospitais que identificam e confirmam barreiras arquitetônicas no interior desses hospitais, com irregularidades em altura das rampas de acesso, sendo que algumas não tem barras de apoio bilateralmente para suporte do acesso dos pacientes, fora outros achados que chamam atenção, porém o item de rampas de acesso condiz com o nosso estudo, evidenciando a falta ou a irregularidade do mesmo nesses ambientes que pessoas com deficiência física tem acesso.

Por fim, ressalta-se que examinando dados do presente estudo, bem como dos demais trabalhos encontrados na literatura científica consultada, é possível afirmar que ainda existe a eminente falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência em esferas de uso coletivo.

3.CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou analisar a percepção sobre alguns aspectos da acessibilidade da pessoa com deficiência física residente no município Itajaí/SC, bem como uma revisão bibliográfica sobre a deficiência física e a acessibilidade arquitetônica.

Por fim, considera-se que na percepção do deficiente físico ainda existem muitas barreiras arquitetônicas que não os favorecem, impossibilitando o desempenho de locomoção impedindo a pessoa de ter autonomia e assim conseguir exercer plenamente seu direito de “ir e vir” expresso na Constituição Federal e no Plano Viver Sem Limites.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Associação Brasileira de Normas Técnicas** (ABNT). NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed., 2004;

\_\_\_\_\_\_. Decreto n. 10098, p.1, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2000.

\_\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Resultado do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.

CASTRO, SS *et al* . Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência.**Rev. Saúde Pública**,  São Paulo ,  v. 45, n. 1, p. 99-105,  Feb.  2011. Disponível em.<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-89102011000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:  01  Jun.  2017.

CASTRO, S. S. de. *et al*. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1773-1782, agosto.  2008 .     Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2008000800006&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 01  mar  2017.

ELIAS, M. P.; MONTEIRO, L. M. C.; CHAVES, C. R. Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.1041-1050, 2008.  Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232008000300027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:01  Fev 2017.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232008000300027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Maio  2017.

FREITAS, A. P. *et al*. Análise dos itens necessários para acesso de portadores de deficiências físicas e sensoriais na Unicamp. **Revista Ciências do Ambiente**, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/viewFile/403/324>. Acesso em: 11 de maio 2017.

GARANHANI, M. R.; ALVES, J. F.; FUJISAWA, D.S. Adaptação da pessoa pós-acidente vascular encefálico e seu cuidador: ambiente domiciliar, cadeira de rodas e de banho. In **V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina, PR. 2009.

GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. **Revista brasileira de educação especial**, Marília, v. 18, n. 2, p. 337-354, jun. 2012.  Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-65382012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:  01 mar.  2017.

KOVALESKI, M. C.; BALDISSERA, A. D. Acessibilidade física nas instituições públicas de Chapecó-SC. **Revista CientíficaTecnológica**, Chapecó-SC v. 3, n. 2, p. 34-49, 2015.

LAMÔNICA, D. A. C. *et al*. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru**. Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília - SP, v. 14, n. 2, p. 177-188, agosto. 2008. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/11021>. Acesso em: 15 de abr 2017.

LEYTON, V.; GREVE, J. M.D.; CARVALHO, D.G.de; MUNOZ, D.R. Perfil epidemiológico das vítimas fatais por acidente de trânsito e a relação com o uso do álcool. **Saúde, Ética & Justiça**. v. 10, n. 1/2, p. 12-18, 2005.

MACHADO, M. H.; LIMA, J. P. Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG).**Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Itajubá – MG, v. 7, n. 3, p. 368-382, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S2175-33692015000300368&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01  Apr  2017.

NOGUEIRA, G. C**. Perfil epidemiológico da pessoa com deficiência física residente em Florianópolis.** Dissertação( Mestrado em Enfermagem)Programa de Pós Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World report on disability / World Health Organization, The World Bank. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos, 2011.

PYNOOS, J.; OVERTON, J. A changing environment. **Rehab. Management.;** v.16, n.2, p.38-42, 2003.

PAGLIUCA, L. M. F; ARAGAO, A. E. A; ALMEIDA, P. C. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará.**Rev. esc. enferm.** *USP* [online], vol.41, n.4, pp.581-588, 2007.Disponível em: Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0080-62342007000400007&lng=en&nrm=iso>. access on  01  Sept.  2017.Acesso em: 15 de maio 207.

SCHOELLER, S. D. et al. Knowing to care: characterization find individuals withspinalcordin jury treatedat a rehabilitation center. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 28, n. 1, p. 77-83, março, 2015.   Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-51502015000100077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05  fev.  2017.

SOUZA, F. R.; PERES, F. R. **Análise da acessibilidade e as possíveis dificuldades quanto às barreiras domiciliar de pacientes cadeirantes por esclerose lateral amiotrófica: uma revisão da literatura.** Tese (Especialização em Intervenção Fisioterapeutica em Doenças Neuromusculares pela Escola Paulista de Medicina) - Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, São Paulo, 2007.

STATSOFT, Inc. (2011). STATISTICA (data analysis software system), version 10.